

Carlos Nogueira. *O essencial sobre a literatura de cordel portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 2004; 96 pp.

Num país onde a investigação científica sobre a literatura de cordel tem sido escassa, a mais recente publicação de Carlos Nogueira permite renovar a atenção sobre um fenómeno particularmente interessante do universo cultural português, ao longo de pelo menos três séculos, agrupando a reflexão que se encontra dispersa por várias décadas e por vários autores. Neste sentido, destaque-se o mérito da bibliografia sobre literatura de cordel, que se encontra no final da publicação e que, em geral, reúne títulos fundamentais sobre este assunto, publicados em Portugal e no estrangeiro.

O trabalho de Carlos Nogueira, que retoma quase integralmente uma sua publicação<sup>1</sup> de 2003 — *Literatura de cordel portuguesa: história, teoria e interpretação* (Lisboa, Apenas Livros Editora) —, começa por analisar as questões relativas à designação de “literatura de cordel”, assim como aos factores que deram origem à conotação depreciativa deste rótulo; fornece ainda uma contextualização histórica do conceito, centrando-se, em particular, nas reflexões fundacionais de Teófilo Braga. A este autor é atribuída a responsabilidade pela utilização sistemática do conceito de “literatura de cordel”, recebido por influência espanhola na primeira metade do século XIX ou, talvez, ainda em finais do século XVIII. Carlos Nogueira situa num texto de 1865, publicado no *Jornal de Comércio*, intitulado “Da literatura de cordel”, o início dos estudos de Teófilo Braga sobre esta matéria. Tais estudos vêm a ganhar mais consistência em obras posteriores, como *História da poesia popular portuguesa* (1867) e “Os livros

---

<sup>1</sup>O texto almgora publicado pela Imprensa Nacional / Casa da Moeda retoma a publicação anterior e tem a particularidade de poder chegar a um maior número de leitores do que o livro anterior, cuja edição teve uma tiragem de apenas 100 exemplares. A especificidade de *Literatura de cordel portuguesa: história, teoria e interpretação* resulta não só da sua aproximação visual aos próprios folhetos de cordel, com a ausência de capa dura, a semelhança que apresenta com uma brochura atada por um cordel ou guita e a cor ligeiramente mais escurecida do papel, mas também da inclusão de algumas ilustrações e xilogravuras de textos de cordel que permitem ao leitor uma aproximação mais fiel ao vasto universo da literatura de cordel portuguesa.

populares portuguesas (folhas volantes ou literatura de cordel)” de 1881, este último inserido posteriormente no volume *O povo português nos seus costumes, crenças e tradições*.

A questão da conotação negativa da designação é, igualmente, alvo de análise e reflexão. O seu carácter depreciativo pode ser explicado por factores externos à qualidade da produção em causa; são ligados à ampla aceção do termo, capaz de rotular práticas editoriais distintas no conteúdo, na forma e no tempo, como é o caso da “literatura cor-de-rosa”, das histórias policiais e de ficção científica, entre outras, destinadas ao grande público. Depois há ainda a utilização da designação como sinónima da ausência de qualidade literária dos textos, olhando a produção de cordel como homogénea e uniforme, situando-a num universo paralelo ao literário. Este tipo de preconceito pode, inclusivamente, ser observado em críticos e teóricos da literatura e resulta na condenação sumária do fenómeno. Carlos Nogueira rejeita esta perspectiva, apelando para a necessidade de um estudo atento das várias implicações da literatura de cordel e das múltiplas abordagens que pode ser alvo. Há, no entender deste autor, necessidade de “analisar os contornos do estatuto de literário e não-literário, no eixo autorial como no da recepção do público visado e no da crítica literária” (12), além de sugerir abordagens multidisciplinares no âmbito, por exemplo, da história, da sociologia, da antropologia e da linguística.

Outra questão pertinente prende-se com a relação estabelecida entre a literatura de cordel e a literatura popular. Para Carlos Nogueira são óbvios os pontos de contacto que permitem esta aproximação: forma de comercialização, destinatários preferenciais, brevidade do texto, fragilidade da edição, linguagem, economia de recursos, simplicidade da construção e organização, resposta imediata às expectativas dos leitores, construção com base em oposições claramente estabelecidas, entre muitos outros. Contudo, não deixa de chamar a atenção para a existência de “temas, motivos, formas, linguagens e estilos que pouco ou nada confinam ou têm a ver com o que vulgarmente se entende por ‘popular’ ou ‘populista’, sobretudo no território descomunal da literatura dramática de cordel” (15).

Partindo das relações que a literatura de cordel estabelece com a oralidade, Carlos Nogueira centra a sua atenção nas questões de im-

pressão, edição e distribuição / venda dos folhetos, assim como nos principais agentes intervenientes em todo o processo, com especial incidência no papel do cego. Dá ainda destaque a elementos particulares do folheto, como o título, a autoria e a questões gráficas, como a ilustração. São particularmente interessantes, até pelo facto de serem comuns à grande maioria das edições, os aspectos que permitem falar da precariedade das edições de cordel, todos eles ligados a questões externas ao texto. Assim, caracterizam estas publicações o pouco investimento realizado ao nível da impressão, visível na distribuição irregular da tinta, nas gralhas tipográficas frequentes, na frágil qualidade do papel e nos problemas de paginação. O próprio processo de exposição e comercialização, assim como a circulação entre leitores das edições incentiva à deterioração mais acelerada destas publicações, o que explicará, em parte, a perda irremediável de muitos textos. Isto não inviabiliza, contudo, a existência, em Portugal, de algumas colecções relevantes, a maioria catalogadas. Nogueira destaca, como mais importantes, três catálogos: o *Teatro de cordel* de Albino Forjaz Sampaio (533 folhetos), o *Catálogo da Colecção de miscelâneas* da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (cerca de 20 000) e *Literatura de cordel* da Biblioteca Geral da Fundação Calouste Gulbenkian (455 folhetos de teatro).

O autor ensaia também uma catalogação do vasto universo da literatura de cordel portuguesa, referindo elementos temáticos e formais, com base numa análise diacrónica do fenómeno, assim como dos factores históricos, tanto sociais como políticos, que estiveram por trás das múltiplas alterações sentidas ao longo de vários séculos. A sua atenção incide, em especial, na produção de Gil Vicente, cujos trabalhos de maior sucesso circularam sob a forma de folhetos durante séculos, e dos autores da chamada “escola vicentina”, como Afonso Álvares, António Ribeiro Chiado e Baltasar Dias. Deixando clara a ideia de que Gil Vicente não foi um autor ‘de cordel’, Carlos Nogueira refere, contudo, que o dramaturgo terá usufruído das vantagens editoriais da imprensa e das práticas culturais a ela associadas; o mesmo fenómeno se deu mais tarde com António José da Silva e com Bocage. Baltasar Dias, o poeta cego madeirense, ocupa um lugar de destaque no universo da literatura de cordel pelo sucesso que obteve e pela longevidade das suas obras, ainda publicadas e lidas no século xx. Em 1537 recebe mesmo de D. João

III uma *Carta de Privilégio para a Impressão de Livros*, o que evidencia o reconhecimento da sua actividade.

Nas edições seiscentistas, as mais raras, pode ser encontrado o tratamento de temas religiosos em histórias versificadas ilustradas. A escassez das produções do século xvii é explicada com recurso ao contexto histórico-político particular português, com a anexação espanhola e a repressão inquisitorial. No século xviii, pelo contrário, assiste-se à consolidação deste tipo de práticas editoriais, com o aumento das tiragens e a ampliação dos assuntos, resultado da proliferação das tipografias, do crescimento e diversificação do público leitor. Além disso há um crescimento generalizado pela matéria impressa, como o nascimento da imprensa periódica permite perceber. Daqui resulta um alargamento das temáticas e dos géneros, que passam a incluir, entre outros, o tratamento de “acontecimentos sociais como aniversários, casamentos e mortes, relatos moralizantes, descrições de cidades ou de monstros, narrativas ou dramas históricos, mitológicos e religiosos, sermões e histórias de santos, relações militares, poesia zombeteira de crítica social, comédias de costumes, anedotas” (26-27). Era evidente, pois, a preocupação dos impressores (e também dos autores, tradutores e editores) em editar obras que garantissem algum sucesso e o escoamento das edições. Uma das formas mais óbvias para o conseguir residia na publicação de versões de textos já popularizados em edições europeias, nomeadamente francesas e espanholas. Carlos Nogueira apresenta, como exemplo desta prática cristalizada, o caso dos textos relativos às aventuras de João de Calais, de que dá um panorama completo, sintetizando várias reflexões de outros autores sobre este assunto.

São ainda ensaiadas algumas relações da edição portuguesa de cordel com a realizada em outros países europeus e também no Brasil, estabelecendo-se assim afinidades que permitem caracterizar estas práticas editoriais como “um mercado colateral de impressos escoados a baixo preço, com as vantagens editoriais e económicas das técnicas próprias da grande distribuição: expansão célere e progressiva num extenso circuito de vendas” (22).

Carlos Nogueira aborda ainda outros elementos dos textos da literatura de cordel, como é o caso das ilustrações e dos títulos. A análise destes últimos permite perceber a importância deste elemento paratextual, formas de construção e algumas das suas funcionalidades.

Quanto às imagens, este autor reivindica para elas uma análise que passe tanto pela sua descrição como pela funcionalidade, destacando como mais evidentes as funções descritiva, narrativa, estética, lúdica, ética e simbólica. Não esqueçamos o papel que a ilustração desempenha na atracção da atenção do leitor, possibilitando, desde logo, a criação de expectativas quanto ao conteúdo de folheto e o reconhecimento de temáticas abordadas. A capa ou a primeira página (quando a primeira não existe) também obedece frequentemente a objectivos comerciais e publicitários, actuando com impacto junto dos potenciais compradores.

Questões como a heterogeneidade do público leitor e o tipo de leituras realizadas do folheto, assim como o estatuto marginal deste tipo de produção, são alvo de referências breves. Sem partilhar informação totalmente original, este estudo visa, nas palavras do autor, “preencher em Portugal um vazio editorial quase absoluto, nos nossos dias, sobre uma prática cultural e literária polifónica” (5); condensa e divulga um conjunto de informação com vista a motivar outros estudos e outros olhares sobre o vastíssimo e inexplorado universo da literatura de cordel portuguesa.

ANA MARGARIDA RAMOS  
UNIVERSIDADE DE AVEIRO